Inclusão digital e educação: emergências do mundo globalizado

Digital inclusion and education: emergencies of the globalized world

Rosa Maria Rodrigues Barros*
Cinara Salete Belo Ciseski**
Leia de Sousa Moraes Silva***

Resumo: As tecnologias, frutos da Ciência, acompanham o desenvolvimento da civilização, e a construção histórica da humanidade afetando a cultura, os valores, as ideias, os modos de produção da Sociedade e sobretudo a Educação. Este artigo se propôs a introduzir uma discussão referente a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e a emergência de uma inclusão digital, que atenda às necessidades da sociedade contemporânea. Para tanto, procurou imprimir um estudo a partir de uma abordagem qualitativa pautada na pesquisa do tipo Estado do Conhecimento. Apresentou a função e inovação das tecnologias digitais no contexto de globalização e as influências do Capital no processo educativo da constituição dos sujeitos. Sem a pretensão de conclusividade, pretende abrir um espaço para um diálogo reflexivo acerca do que está impresso nos discursos e declarações internacionais voltados para a inclusão digital, educação e profissionalização, por sua vez o que dizem as políticas públicas voltadas para a educação e organização do currículo brasileiro

Palavras chaves: TIC; Educação; Políticas Públicas; Currículo; Inclusão.

* Aluna não regular do programa de pós-graduação Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pós-graduação lato sensu em: EAD e as novas tecnologias educacionais pela UNICESUMAR; Docência no Ensino Superior pela FAP/IAP – Faculdade Adventista Paranaense. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). rosabarros40@gmail.com

** Mestranda pela Universidade Adventista do Chile (UNACH). Especialização pela Faculdade SPEI em Supervisão e Orientação Educacional; especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional . Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação de Joinville. c_ciseski@hotmail.com

*** Pós-graduação lato sensu em Pedagogia Escolar: administração, orientação e supervisão, pela UNIVALE. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. leia.souza@educadventista.org.br

INTRODUÇÃO

Definida por Gorostiaga e Tello (2011) como massiva rede de interconexões e inter-relações em nível mundial. Responsável por novos entendimentos geopolíticos em termos territoriais, comerciais e de distribuição da riqueza, bem como propagação dos efeitos positivos ou negativos que acontecimentos locais repercutem numa esfera mundial, a globalização se constitui, então, em condicionante tanto para o desenvolvimento acelerado das nações, como

pelo empobrecimento e precarização do trabalho no bloco subdesenvolvido na geopolítica mundial.

Segundo Boom (2009) o impulso para a configuração da Sociedade Contemporânea pode ser analisado a partir da crise, da mundialização e do enfoque sistêmico. A crise aponta para a falência das instituições, por conta das mudanças na cultura, nas vivências, nos modos de produção, na política, no acesso a informação, entre outras, que geram quebras de paradigmas e surgimento de novos, os quais necessitam de novas posturas, logo implicam em reformas promovidas pelo Estado, com a finalidade de amenizar as problemáticas advindas deste contexto. A mundialização, outro aspecto relevante, com influência maciça da globalização, que comporta as relações de poder em nível de geopolítica e suas influências diretas nas relações locais. Destas relações surge a ideia de um novo Imperialismo gestado pelo Capitalismo Econômico, que dita as regras do Mercado Internacional e Nacional. Por fim o enfoque sistêmico, o qual entende a Educação como um sistema, um conjunto intrincado de operações e interdependência entre os setores que a compõem e estão em constante movimento sendo regulados pelo Estado.

Em tempos de globalização e de avanços nas tecnologias da informação e comunicação verifica-se uma revolução nos modos de produção do homem, consequentemente os modelos de trabalho estão se modificando exigindo um novo perfil profissional provocando o estabelecimento de novas relações entre os sujeitos e a sociedade.

A sociedade da informação exige competências de acesso, avaliação e gestão da informação oferecida. As escolas são lugares onde as novas competências devem ser adquiridas ou reconhecidas e desenvolvidas. Vive-se hoje em uma sociedade complexa, onde o cidadão necessita lidar constantemente com uma avalanche de novas informações que o inundam e que se entrecruzam com novas ideias e problemas, novas oportunidades, desafios e ameaças. Atualmente, a presença de adolescentes entre 15 e 17 anos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especificamente no Ensino Fundamental, constitui-se em uma preocupação, pois o contingente que não conseguiu dar continuidade aos estudos é consideravelmente alto, apesar das conquistas ao longo de sua história. A questão que sobressai neste contexto é: Por que esses adolescentes estão frequentando a modalidade EJA, em vez de estar na Educação Básica regular? Entre as grandes questões sociais que corroboram para a evasão e distanciamento dos adolescentes do espaço poderiam ser elegidas em primeira instância a vulnerabilidade destes adolescentes diante às dificuldades relativas à pobreza extrema, a necessidade de compor a

renda familiar e a gravidez precoce. Considerando que o ato educativo pressupõe a criação de vínculos e compromissos com o futuro, contribuindo para a convivência humana em sociedade e a disseminação dos códigos, cultura, linguagem e valores, entende-se a emergência de uma educação consistente que prepare os sujeitos para atuarem na estrutura produtiva do país e, além disso, para a autonomia e participação consistente.

Nessa circunstância, apesar do esforço massivo da educação formal, provida pelas escolas e universidades em inserir as tecnologias da informação como componentes do currículo, ainda há uma profunda fissura entre as demandas oriundas do paradigma tecnológico emergente em termos particulares, de Mercado e o que a escola propõe.

Oriundo de uma abordagem qualitativa pautada na pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, esse artigo, sem a pretensão de conclusividade, pretende abrir um espaço para um diálogo reflexivo acerca do que está impresso nos discursos e declarações internacionais voltados para a inclusão digital, educação e profissionalização, por sua vez o que dizem as políticas públicas voltadas para a educação e organização do currículo brasileiro, e em que medida são influenciadas pelos acordos internacionais.

METODOLOGIA

A abordagem qualitativa tendo como ferramenta a pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, aliado às discussões presenciais desenvolvidas nas aulas da disciplina Políticas Públicas Educacionais do programa de pós-graduação stritto sensu, ofertado pela Universidade Estadual de Maringá fundamentaram a construção deste artigo. No que se refere às bibliografias pesquisadas destacaram-se: BARROS et ali (2017), que faz uma abordagem sobre globalização, políticas públicas, profissionalismo e Educação frente a ascenção das tecnologias. Gorostiaga e Tello (2011) com suas abordagens sobre globalização e internacionalização da economia. UNESCO (2015; 2016) ao apresentarem os documentos alusivos aos acordos internacionais e documentos alusivos à Educação de Jovens e Adultos e suas emergências quanto usos das tecnologias digitais da informação e comunicação, as influências da cibercultura no cotidiano. Duarte (2015) e a constituição dos sujeitos, apresentando a emergência de um currículo dinâmico e crítico. Estes autores dentre outros, cujo os pensamentos corroboraram para a construção do deste artigo, foram preciosos para o entendimento do processo de inovação e constituição dos sujeitos.

INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NA CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Na contemporaneidade grandes transformações oriundas dos avanços das tecnologias virtuais afetaram a forma de ser e pensar dos indivíduos, a sua visão de mundo e a própria compreensão de si mesmos. A Globalização alterou e renovou as perspectivas de Mercado, fazendo emergir um novo Capital Econômico, o qual determina a relevância das propostas dos acordos internacionais com foco no processo produtivo e sobretudo no remodelamento da Educação. Tais acordos internacionais, como Jomtien 1990, Dakar 2000 e o último, Incheon 2015, são condicionados e regulados por este Novo Capital, que efetivará ou não as propostas em sua totalidade. Disso resultam os textos com recomendações repetitivas em certa medida, e portanto, seguindo essa lógica mais uma vez , até 2030, não haverá um cumprimento efetivo dos acordos assinados inclusive pelo Brasil.

As diferenças geopolíticas, sociais, culturais e econômicas inerentes a cada contexto nos países Latino americanos, incluindo o Brasil, dificultam uma adequação comum dos acordos e sobretudo o seu cumprimento na integralidade. Considerando a diversidade destes países repousa sobre cada Estado, a responsabilidade em proporcionar os meios para o cumprimento das metas da declaração, que devem ser organizads em Políticas Públicas e Programas, com ênfase, segundo a última declaração, Incheon 2015, na parceria entre os órgãos públicos e a iniciativa privada, de modo a paulatinamente possibilitar que o Estado se desobrigue de suas funções como vem ocorrendo notadamente no Brasil nos últimos anos. A questão que emerge nesta discussão reside no fato da ambiguidade implícita nas propostas, pois na medida em que promovem a ideia de empoderamento dos indivíduos, também deixam transparecer ideário Neoliberal.

De acordo com Silva e Mercado (2013, p. 238), “transpor a metodologia da reprodução a partir do quadro e giz para a reprodução por meio de artefatos eletrônicos é reduzir/anular o potencial que tais recursos oferecem à educação contemporânea.”

O trabalho constitui-se em uma atividade autorrealizadora, na qual o sentido e o significado encontram-se como aspectos indissociáveis. Leontiev (1978) destaca que o trabalho na perspectiva da humanização apresenta-se como ato consciente orientado para atingir determinados objetivos. Neste processo o homem não somente cria os produtos de sua atividade, mas também forma suas capacidades e constrói conhecimentos, sendo esse processo

caracterizado pela unidade entre significado e sentidos. Sendo assim, a significação é a forma sob a qual o homem assimila a experiência humana generalizada, logo, a apropriação das significações é o que lhe faz um ser genérico, o torna humano.

> A significação é o reflexo da realidade independentemente da relação individual ou pessoal do homem. O homem encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente, e apropria-se dele de tal modo como ele se apropria de um instrumento. O fato propriamente psicológico, o fato da minha vida, é que eu me aproprie ou não, que eu assimile ou não uma dada significação, em que grau eu a assimilo ou não uma dada significação, em que grau eu a assimilo e também o que ela se torna para mim, para minha personalidade, este último elemento depende do sentido subjetivo e pessoal que esta significação tenha para mim (LEONTIEV, 1978, p.96) O sentido consciente é criado pela relação objetiva que se reflete no cérebro do homem entre o que incita a agir (motivo) e aquilo para o qual a sua ação se orienta (o fim a atingir) (LEONTIEV, 1978, p. 97).

A explosão tecnológica do século XXI oriunda em grande parte dos avanços proporcionados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação provocou mudanças nos modos de produção, que impulsionaram a necessidade de um novo perfil para os indivíduos atuantes na sociedade contemporânea. A Educação nessa instância abarca um papel importante para a formação dos sujeitos, ainda que não possa ser entendida como único meio para o empoderamento dos mesmos, com vistas ao enfrentamento dos paradigmas provenientes deste novo contexto sócio-político e econômico.

Nessa perspectiva não se pode observar o contexto educacional brasileiro atual de forma ingênua, ainda que a educação seja um poderoso instrumento de empoderamento e constituição dos sujeitos, ela não deve ser entendida como a redentora, a única responsável. Ademais, existem outros espaços sociais relevantes e corroboradores para a constituição dos mesmos. Além disso, os discursos propalados nos documentos que regem a educação brasileira são fundamentados nas diretrizes internacionais, que por sua vez materializam um projeto sócio-político de adequação à reorganização mundial capitalista de acordo com o paradigma neoliberal. Conforme pontua Malanchen (2016)

> (...) a educação e suas reformas fazem parte de um projeto internacional mais amplo. Portanto afirmamos que, em um contexto de globalização e internacionalização, os projetos nacionais não podem ser compreendidos fora da dinâmica da reformulação e atualização do capital. (MALANCHEN, 2016, p.11)

A estratégia neoliberal consiste em aparentemente colocar a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de ascenção social e democratização de oportunidades, contudo implícito nesse discurso está a realidade, segundo a qual a educação em primeiro lugar se configura como instrumento utilizado para a manutenção do status quo da classe dominante, e em segundo lugar como disseminadora das práticas e conhecimentos necessários para alcançar êxito no atendimento às exigências da globalização dos mercados, que podem ser resumidas em treinamento para eficiência e produtividade dos trabalhadores. A esse respeito Barros et ali assevera,

> "Tornou-se notória a substancial importância da Educação na organização e desenvolvimento mundiais. Também se apresentou, visivelmente, a influência do poder econômico, amparado pela estrutura política, na condução das ações que a estruturam, por meio dos acordos globais, das influências dos organismos internacionais tanto para o fomento, como para as deliberações, que se materializam nas políticas públicas de cada país. Todavia, ressalte-se que apesar de sua importância a Educação não pode ser entendida como a redentora da situação vigente, mas como precursora de mudanças, pois quem de fato promove as mudanças nas conjunturas da sociedade são os sujeitos."(BARROS, CISESKI, e PIRES, 2017, p.9)

Nesta perspectiva os sujeitos no processo de formação no espaço escolar interagem constantemente com um paradoxo existente no cerne da educação, duas forças opostas em constante processo dialético. De um lado a busca por uma transformação social por meio de ações que desenvolvam a criticidade acerca da ordem posta e impulsionem a criatividade, a ressignificação do conhecimento e desenvolvimento humano; por outro lado em oposição a esta perspectiva, um modelo que promove a inercia, reprodução, pseudodesenvolvimento humano e consenso proposto pela ótica capitalista.

O processo dialético proporciona um movimento constante destas contradições, o qual deveria se materializar nas relações entre teoria e prática no cotidiano acadêmico. Este movimento dialético proporcionado pela contradição existente no cerne da educação gera desafios na esfera micro que correspondem a formação dos sujeitos na escola, e na esfera macro que se apresentam na atuação destes num contexto social mais amplo. Segundo Duarte (2016),

> Um dos grandes desafios que se colocam à humanidade nos dias atuais é o de realizar uma transformação radical da forma de organização da sociedade, de tal maneira que se consiga preservar as conquistas da sociedade capitalista em termos de desenvolvimento das forças humanas, porém superando sua forma capitalista, inserindo essas conquistas

> numa dinâmica social voltada à promoção da dignidade, liberdade e universalidade da vida humana, o que não será possível sem o estabelecimento de novas relações de produção e novas formas de metabolismo entre a sociedade e natureza. (DUARTE, 2016, p.13)

Em meio aos desafios há que se considerar em realidade que o sujeito necessita adequar-se às exigências da nova sociedade, sem, contudo, permitir o fortalecimento do que foi imposto, mas ressignificar suas ações, repensando-a, imbricando conhecimento e ação ao mesmo tempo em que percebe os contextos sócio-políticos e econômicos; refletindo sobre todos, teorizando e reestruturando suas abordagens.

Poder-se-ia entender a emergência de uma ação dialógica, problematizadora, crítica e compartilhada, capaz de gerar reflexividade em seus atores sociais mais de modo a fortalecer o exercício da cidadania em conjunto com a realização individual.

Nos países subdesenvolvidos as taxas de analfabetismo entre os adultos encontram-se ainda expressivamente altas. Conforme exposto no Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2015 (UNESCO, 2015, pp. 6 e 7), ainda há 781 milhões de adultos não-alfabetizados no mundo. “A educação apenas realizará todo o seu potencial de fazer o mundo avançar se as taxas de participação escolar melhorarem profundamente, o aprendizado se tornar uma empreitada ao logo da vida e os sistemas educacionais englobarem totalmente o desenvolvimento sustentável.” (UNESCO, 2016, p. 8)

No contexto brasileiro, a partir da LDB 9394/96 foi desenvolvida uma organização pedagogicamente plena voltada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Houve uma mudança de paradigma de programas incipientes com ênfase em uma instrução básica para uma formação mais plural voltada também para o engajamento dos sujeitos no processo produtivo.

A partir do Parecer 11/00(“PARECER CNE/CEB 11/2000) ocorreu a inserção e regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, tendo três funções com um lastro de convergências transformadoras sendo elas: a reparadora, a equalizadora e a função qualificadora.

Há uma série de motivos que impedem o acesso e/ou continuidade no processo educativo a um número considerável de jovens e adultos no Brasil Esses motivos transitam entre exigências econômicas, tecnológicas, dificuldades geográficas e, também, a competitividade crescente no mercado de trabalho. Ressalte-se que é importante considerar também, a existência elementos motivadores, que auxiliam a busca e permanência dos jovens

e adultos pelo espaço escolar, como por exemplo, o bem-estar proporcionado pela conquista de um direito, a satisfação pessoal oriunda pela constatação de suas capacidades e a dignidade alinhada à sensação de vitória ante as barreiras da exclusão que incidem na saúde e elevação da autoestima.

Atualmente, é fato que o Brasil ainda não conseguiu garantir a universalização da como propalado na constituição; há um longo caminho a ser percorrido. Milhões de pessoas ainda estão impedidas de usufruírem plenamente dos seus direitos básicos como saúde, moradia, saneamento e sobretudo a educação. Há muitos excluídos do processo de alfabetização. As tentativas para garantir o direito à educação ainda são insipientes diante da demanda populacional.

Segundo Strelhow (2010, p. 53), "a História é necessária para que possamos viver o presente e olhar para o futuro. Esse é um dos objetivos da História, olhar para o passado para que possamos entender o presente." Ainda de acordo com seu pensamento,

> "Alfabetização foi a imensa pressão internacional para a erradicação do analfabetismo nas ditas "nações atrasadas". Essa pressão internacional se deu pela criação da ONU (Organização das Nações Unidas) e da UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) após o fim da segunda guerra mundial em 1945. A orientação da ONU e da UNESCO era de que a educação era o meio de desempenhar o desenvolvimento das "nações atrasadas". Isso demonstra que os programas de educação instalados estavam preocupados mais na quantidade de pessoas formadas do que a qualidade." (STRELHOW, 2010, p.53)

Somente a partir da nova constituição de 1988, conforme argumenta Strelhow (2010), apontou-se de fato para a possibilidade de uma real universalização do acesso à educação, confirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

Além disso a LDB 9394/96, determina que o Plano Nacional de Educação esteja consoante ao exposto na Declaração Mundial de Educação para Todos, que vem sendo propalada desde a década de 1990 em Jomtien, confirmada em Dakar 2000 e mais recentemente em Incheon 2015, que orientam a prossecução também de uma educação voltada para jovens e adultos, que não puderam por diversos fatores frequentar o espaço escolar no período apropriado.

Nas primeiras páginas das recomendações da UNESCO voltadas para o EJA (UNESCO/ Uil - UNESCO Institute for Lifelong Learning, 2015), são reiterados os compromissos assumidos pelos países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil em proporcionar as condições para o exercício do direito à educação para todos os adultos. À luz da Declaração de Incheon, 2015, "Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos" e do Marco de Ação Educação 2030, o documento da UNESCO/UIL diz que,

> "Adota a presente Recomendação sobre Aprendizagem e Educação de Adultos, que substitui a Recomendação de 1976, no décimo terceiro dia de novembro de 2015;
> Recomenda que os Estados-membros apliquem as seguintes disposições, por meio da adoção de medidas adequadas, incluindo medidas legislativas ou outras que se fizerem necessárias, em conformidade com a prática constitucional e as estruturas de governo de cada Estado, para dar efeito aos princípios da presente Recomendação em seu território; (...) também que os Estados-membros tragam esta Recomendação ao conhecimento das autoridades e organismos responsáveis pela aprendizagem e pela educação de adultos, bem como de outras partes interessadas na aprendizagem e na educação de adultos; e (...) ainda que os Estados-membros informem a ela, em datas tais e na forma a ser determinada por ela, sobre as medidas tomadas por eles em cumprimento da presente Recomendação." (UNESCO/ Uil - UNESCO Institute for Lifelong Learning, 2015, p. 6)

Entretanto segundo Barros et ali (2017), é preciso refletir sobre o que está implícito nos acordos internacionais que orientam as políticas públicas e programas voltados para a educação brasileira, pois,

> " a grande questão que emerge destes acordos internacionais consiste em, se por um lado as ações têm como objetivo a promoção do acesso ao conhecimento e aprendizagem, também trazem em seu bojo uma forte influência do Capitalismo Mundial se configurando em intervenções nas decisões políticas, sendo perigosamente capazes de comprometer os interesses nacionais, além de minar a riqueza das culturas locais."(BARROS et al., 2017, p.9)

Em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014). No PNE/2014 as metas que incidem diretamente no EJA são:

> "Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional

> Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional." (BRASIL, 2014)

Como modalidade educativa, o EJA confirma o direito público e subjetivo à educação para aqueles que foram impossibilitados de exercê-lo na idade apropriada. Ademais confere a oportunidade de continuidade da formação, com vistas a qualificação profissional.

CONTRIBUIÇÕES DAS TIC PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Devem ser objetivos da Educação na atualidade, para além da transmissão dos conhecimentos historicamente construídos, a preparação dos sujeitos para interagirem tanto com o meio social, como com o mundo digital, e o fornecimento de subsídios para que estes desenvolvam a autonomia; acrescente-se a isso a capacitação para agir no mundo do trabalho contemporâneo. Nesta perspectiva a qualificação profissional constitui-se num dos caminhos na elaboração e sistematização dos conhecimentos específicos, tanto para àqueles que necessitam de um avanço em sua capacitação, como para os sujeitos que não tiveram um acesso qualificado e substancial na formação.

Diante desta prerrogativa emerge o uso massivo das tecnologias da informação e comunicação, vistas como veículos para a inclusão social e alternativos às demandas por educação básica e capacitação profissional em atendimento às necessidades das empresas. Nesta perspectiva devem ser consideradas as contradições em confronto nesse panorama, que seriam o acesso democrático ao conhecimento e inclusão dos sujeitos diante da dualidade muito presente na educação brasileira.

> "A difusão das TIC e TDIC em âmbito mundial proporcionou a constituição de infinitas possibilidades para a universalização do ensino, em resposta às demandas da população por formação. Nesta nova realidade que se descortina no séc. XXI, emerge um novo Renascimento, onde o contexto das inovações não muda mais apenas o que fazemos, mas principalmente o que somos. As interações sociais, a relação com o cotidiano, a vida em si mesma, as relações com o trabalho, a família, com o outro e com o planeta estão se modificando diante do novo paradigma. Os diálogos sobre a diversidade, sobre equidade e gênero, outrora relegados ao ostracismo retornam à discussão no seio da sociedade." (BARROS, PIRES, SANT'ANA, & PIRES, 2017, p.2)

A declaração de Incheon orienta claramente o uso das TIC e TDIC[1] , como alternativas de dar cumprimento as metas voltadas para a erradicação do analfabetismo e preparo para jovens e adultos com vistas à sua adequação ao novo panorama do processo produtivo no contexto do Mercado Mundial. Segundo Barros et ali (2017),

> "(...) os discursos contidos nos documentos curriculares oficiais brasileiros apontam que a meta para o novo milênio consiste em ampliar esforços para uma educação universalizante, com vistas a dirimir a exclusão em seu amplo espectro; uma proposta competente para os sistemas educativos, a fim de proporcionar a disseminação do Conhecimento e acesso de todos às TIC e TDIC. No entanto, implicitamente subjaz a este discurso o fortalecimento do Mercado, com vistas a competitividade e sobretudo o aumento das desigualdades. Em outras palavras uma valorização do capital humano para fins de manutenção do status quo do Capital, não um empoderamento real dos indivíduos, tal que contemple o sujeito histórico na sua totalidade, mas unilateral voltado para a formação laboral e profissional em atendimento as demandas econômicas." (BARROS et al., 2017)

Assim, diante das evoluções tecnológicas, e da velocidade como estas ocorrem, considerando a dificuldade da maioria em compreendê-las e até mesmo possuí-las a exclusão digital se constitui em uma realidade.

Numa sociedade globalizada e em constante inovação tecnológica é imprescindível a qualquer país que pretenda desenvolver-se competitivamente diante do Mercado, uma educação qualificada que corrobore em primeira instância para dirimir as injustiças sociais, e concomitantemente proporcionar um ensino que valorize a igualdade e equidade, respeito à alteridade, além de promover a inclusão digital. Nesta perspectiva o Estado deve objetivar unir educação/tecnologia e conquista pessoal/social.

As tecnologias digitais tornaram-se excelentes aliados do professor, não apenas por promoverem um rápido acesso à informação, mas também, no que diz respeito ao desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da auto- estima do aluno. Nesse mote o aluno deixa de atuar como uma tábula rasa, mero receptor de informações, tornando-se autônomo e responsável pela aquisição de seu conhecimento, tendo o professor o papel de mediador nos processos de selecionar e inter-relacionar informações significativas e, também, incentivador das construções dos alunos de suas próprias ideias a partir do resultado de sua busca. Diante

[1] Estas siglas significam respectivamente: Tecnologias da Informação e Comunicação; Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

disso o professor também torna-se partícipe no processo, pois ao relacionar-se com os alunos participando de suas conquistas assume os papéis de aprendiz e mestre concomitantemente.

> "tarefa mais difícil e necessária é aprender a lutar conjunta e politicamente para passar da condição de dirigidos a de "dirigente", de modo a construir historicamente uma "hegemonia" democrático-popular, realizada e conduzida pelas classes subalternas que "querem educar a si mesmas para a arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e ainda de si mesmos". É aprender a transformar a realidade de dominados/marginalizados para deixas a subordinação e se livrar tendo o poder de transformar e mudar sua condição em vistas das dificuldades enfrentadas na sociedade "dominante" (SEMEARARO in Germinal: Marxismo e educação em debate, local v.4 n°1, p.58-69, jun.2012.)

De acordo com Oliveira, et ali (2015, p.17),

> "a inclusão digital deve expressar um conceito humanista de mundo. Por estar em constantes transformações promovem uma integração na cultura digital, ou seja, o ensino-aprendizado deve se pautar sob essas perspectivas de conquistas cidadãs assim, contribuindo para uma sociedade mais igualitária. É possível e sensível pensar em formular uma base conceitual que faça parte do fenômeno científico, no contexto da chamada sociedade da informação que também pode ser observada pelo ponto de vista da ciência da informação."

A educação escolar pressupõe o intercambiamento de informações e experiências entre indivíduos de gerações e conhecimentos diferentes, isto é, relações entre professores e alunos na direção de uma formação social, moral, cognitiva, afetiva; uma formação voltada para a cidadania, num determinado contexto histórico. Na contemporaneidade, para que isso ocorra se faz necessária a adoção de novas estratégias de intermediação na formação dos professores, e, por conseguinte, uma renovação curricular implicando sobretudo em uma nova compreensão de homem e mundo. O acesso à comunicação na perspectiva dos meios digitais, isto é a inclusão digital, se constitui em ponto de partida para a compreensão, assimilação e principalmente a sua reelaboração com vistas a um novo conhecimento ressignificado, tanto para o aluno como para o professor. A inclusão digital estimula a aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e cultural do sujeito.

> "Assim, não se pode imaginar que ao introduzirem-se novas linguagens comunicacionais e tecnológicas seja possível perpetuarem-se velhos paradigmas nos

> modos de ensinar e na própria concepção e organização dos sistemas educativos, visto que urge a necessidade de profundas mudanças na cultura do ensino superior. A qualificação profissional constitui-se num dos principais caminhos na elaboração e sistematização do conhecimento, além da promoção da pesquisa em busca por maiores informações, passando, fundamentalmente, pela formação que deve capacitar os futuros professores para emprego dos recursos técnicos das TIC e TDIC, nas suas atividades profissionais propiciando questionamentos acerca de suas repercussões e implicações no cotidiano. Ressalte-se que inclusão digital não é sinônima de laboratórios equipados com computadores ligados à Rede, mas ao uso consciente e a aprendizagem da autonomia. As mudanças nos valores que se desfazem e/ou se modificam, a dissolução das fronteiras e descentralização das ideias, trazem com isso, diferentes implicações sociais em que emergem novas formas de participação dos cidadãos, sensibilização, tornando os indivíduos cada vez mais aptos a questionar, intervir e exercer de forma autônoma a apropriação das novas ferramentas tecnológicas. Das relações proporcionadas pelo domínio dessas ferramentas emerge a cumplicidade necessária para a dinâmica cotidiana."(BARROS, et al., 2017, pp. 7 e 8)

Ao conhecer e utilizar as tecnologias, na Educação de Jovens e Adultos os ganhos são inomináveis, pois as TIC depõem barreiras socioculturais impostas pela idade, defasagem escolar, diferenças econômicas, propiciando a inclusão na sociedade do conhecimento. A inclusão digital caracteriza- se também como competência em compreender, assimilar, reelaborar e ressignificar um conhecimento, com vistas a um projeto de vida, uma ação consciente, o que encontra correspondência no letramento digital e uso competente das TIC. Desenvolvendo as habilidades em acessar informações e em seguida interpretá-las, aplicá-las e com isso alterar seus conhecimentos cognitivos e a consciência crítica para agir de forma positiva na vida pessoal e coletiva, descortinando oportunidades importantes para o ingresso dos sujeitos na vida profissional. Entretanto como aponta Barros et ali (2017)

> "As influências dessas mudanças conjunturais têm a sua materialização em um novo currículo que emerge no seio da Educação. Entretanto, seria ingênua a ideia de que todas essas transformações no que tange ao currículo ocorrem sem os confrontos entre os discursos e a realidade. Neste cenário social saturado, oriundo da globalização, as mudanças educacionais voltadas sobretudo para os aspectos técnicos – pragmáticos, consoantes à satisfação das demandas do Novo Capital Financeiro, ganham força, sufocando cada o sujeito histórico, com vistas a enfraquecer o paradigma voltado ao empoderamento deste, conquistado paulatinamente logo após o final da ditadura militar brasileira."(Barros, et al., 2017, p.2)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação para o século XXI requer profissionais que pensem, sintam e hajam/escolham. Sujeitos capazes de lidar com as tecnologias digitais, em meio a situações adversas que demandem atitudes rápidas e certeiras e além disso, que esteja predisposto à aprender sempre.

> "É notório que se tornou contraproducente adestrar um indivíduo para uma única função, justamente pela multifuncionalidade dos modos de produção. O trabalhador adestrado já não interessa aos padrões deste novo contexto. Há uma interação crescente entre órgãos produtores do conhecimento e a indústria, onde o indivíduo esteja comprometido não apenas com interesses do mercado, mas com a cidadania, a participação ativa e não passiva, como agente das transformações sociais." (Barros, 2017, p.2)

Entretanto diante dos discursos cuidadosamente construídos e propalados nos documentos oficiais se faz necessária redobrada atenção, a fim de preservar o que Hanna Arendt denominou como marca essencialmente humana, a ação, a qual remete a projeto de vida e está intimamente imbricada ao conhecimento ressignificado, vivo conforme o pensamento de Duarte (2015).

Diante desta perspectiva a escola, como espaço privilegiado, não o único, para a formação dos sujeitos, necessita desenvolver um ensino para além do pragmático, necessita de profissionais da docência que desenvolvam práticas de construção, relações interpessoais , alinhada às inovações, mas com uma diferença primordial, a de valorização humana. Uma formação com vistas ao verdadeiro empoderamento dos indivíduos para ação e projeto. Segundo (Barros, 2017, p.4), A transformação que ocorre nesse indivíduo em consequência do que conseguiu apreender é o produto do trabalho do professor.

Esse artigo não tem a pretensão de ser a conclusão de uma pesquisa, mas ser em um espaço para a reflexão e constituição de questionamentos, abrindo espaços para novas pesquisas e possibilidades.

REFERÊNCIAS

Barros, R. M. R. (2017). Reflexões em torno do currículo, tecnologias digitais e os desafios da formação docente na contemporaneidade. Anais do Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, 1(60764), 15. <https://proceedings.galoa.com.br/coloquio/trabalhos/reflexoes-em-torno-do-curriculo-tecnologias-digitais-e-os-desafios-da-formacao-docente-na>.

Barros, R. M. R., Ciseski, C. B., & Pires, M. M. G. B. (2017). "Educação para todos ao longo da vida": as declarações dos fóruns mundiais da Educação de Dakar e Incheon, suas influências no currículo e implicações para a Educação Brasileira. Anais do Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, 1(60746), 15.
<https://proceedings.galoa.com.br/coloquio/trabalhos/educacao-para-todos-ao-longo-da-vida-as-declaracoes-dos-foruns-mundiais-da-educacao-de-dakar-e>.

Barros, R. M. R.; Pires M. M. G. B.; Sant'Ana, T. C. F. (2017). As tecnologias digitais e suas intervenções na conformação do currículo brasileiro. Anais do Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, 1(60753), 15. <https://proceedings.galoa.com.br/coloquio/trabalhos/as-tecnologias-digitais-e-suas-intervencoes-na-conformacao-do-curriculo-brasileiro>.

Boom, A. M. (2009). La educación en américa latina : Revista Iberoamericana de Educación, 49(49), 163–179. < http://www.rieoei.org/rie49a06.pdf>.

BRASIL. Plano Nacional da Educação - PNE Lei 13005/ 2014. Retrieved September 25, 2017, < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>, 2014.

Gorostiaga, J. M., & Tello, C. G. (2011). Globalización y reforma educativa en América Latina: un análisis inter-textual. Revista Brasileira de Educação, 16(47), 28.

Oliveira, E. DE; Soares, G. L. C.; Moura, G. C. V., & Pereira, L. R. (2015). Aprendizagem significativa na EJAT : uma leitura do mundo da cultura digital com foco nas novas tecnologias de comunicação e informação. Universidade de Brasília. Brasília.
< http://bdm.unb.br/handle/10483/15804>.

PARECER CNE/CEB 11/2000 -homologado. (n.d.).
< http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf>

Strelhow, T. B.(2010) Breve história sobre a educação de jovens e adultos no brasil. Revista HISTEDBR on-line, 38, 49–59.
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf>.

UNESCO. (2015). Educação para todos 2000-2015: progressos e desafios. In Relatório conciso de Monitoramento Global de EPT 2015 (1st ed., Vol. 1, p. 58). Paris / França: UNESCO / Brasil. < http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>.

UNESCO. (2016). Educação para as pessoas e o planeta: criar futuros sustentáveis para todos.

Relatório de Monitoramento Global da Educação (resumo) (1st ed.). Brasília/DF: UNESCO. <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002457/245745POR.pdf.>

UNESCO/ Uil - UNESCO Institute for Lifelong Learning. Recomendação sobre Aprendizagem e Educação de Adultos, 2015 (2016). Organização Das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência E a Cultura E Representação Da UNESCO No Brasil, 16.
< http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002451/245179por.pdf>

Vigotski, L. S; Leontiev, A.; Luria, A. R. (2016) Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. 14ª ed. São Paulo: Icone.